



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

CONSELHO JUDICIAL

**Assunto:** Síntese da Sessão Ordinária do Conselho Judicial - 2024

**Elaborada por:**

Julieta Alcina Siteo

Noémia Abudo Malapende

**Verificada por:**

Jeremias Alfredo Manjate

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, overlapping loops and strokes.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

---

**TRIBUNAL SUPREMO**

**Síntese da sessão Ordinária do Conselho Judicial, realizada na  
Província do Niassa, Distrito do Lago, Vila Municipal de  
Metangula, no Jasmine Bay Hotel & Spa, nos dias 11 e 12 de  
Março de 2024**

Decorreu nos dias 11 e 12 de Março de 2024, na sala de conferências **Manuel Samuel Sane**, do Jasmine Bay Hotel & Spa, na Província do Niassa, Distrito do Lago, Vila Municipal de Metangula, a sessão Ordinária do Conselho Judicial - 2024, dirigida por Sua Excelência **Adelino Manuel Muchanga**, Presidente do Tribunal Supremo, com os seguintes pontos de agenda:

**Ponto 1:** Apreciação da matriz de execução das deliberações da última sessão do Conselho Judicial.

**Ponto 2:** Apresentação do relatório de desempenho dos Tribunais Judiciais, referente ao ano de 2023.

**Ponto 3:** Análise comparativa do desempenho dos Tribunais Judiciais, nos anos de 2022 e 2023.

**Ponto 4:** Apreciação da proposta de mecanismos para a efectivação do direito dos magistrados à habitação.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'A' followed by a series of loops and a final vertical stroke.

**Ponto 5:** Apresentação do estudo sobre o grau de cumprimento das metas individuais de desempenho dos magistrados, aprofundando e desenvolvendo a fórmula do algoritmo.

**Ponto 6:** Ponto de situação do pagamento da diuturnidade especial aos Oficiais de Justiça.

**Ponto 7:** Diversos.

Estiveram presentes os seguintes membros:

**José Norberto Rodrigues Baptista Carrilho**, Juiz Presidente da Secção Cível - Laboral do Tribunal Supremo;

**Luís António Mondlane**, Juiz Presidente da Secção Criminal do Tribunal Supremo;

**Matilde Augusto Monjane Maltez de Almeida**, Juíza Presidente da Secção Cível do Tribunal Supremo;

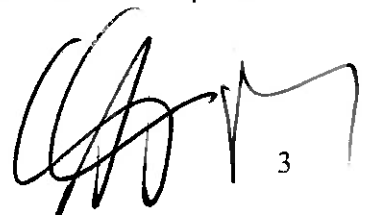
**Rafael Sebastião**, Inspector - Geral da Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial;

**Jeremias Alfredo Manjate**, Secretário-Geral dos Tribunais Judiciais;

**Manuel Guidione Bucuane**, Juiz Presidente do Tribunal Superior de Recurso de Maputo;

**Pascoal Francisco Jussa**, Juiz Presidente do Tribunal Superior de Recurso de Nampula;

**Fernando Tomo José Pantie**, Juiz Presidente do Tribunal Superior de Recurso da Beira;

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, overlapping loops and strokes, located at the bottom right of the page.

**Memuna António Boné Veríssimo Manavela**, Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Província de Manica;

**Paulo Ricardo Cinco Reis**, Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província da Zambézia;

**Ana Paula Sebastião José Muanheue**, Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Província de Nampula;

**Ernesto Véquina Pedro Mueha**, Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província de Inhambane;

**Luís João de Deus Malauene**, Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província de Maputo;

**Gracinda da Graça Muiambo**, Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Cidade de Maputo;

**António Sebastião Fernando Matimula**, Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado;

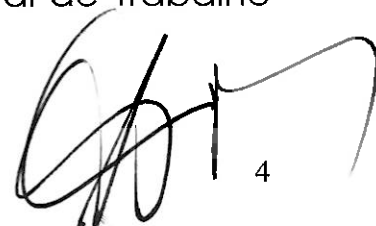
**Alberto José Assane**, Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província de Sofala;

**Romana Sualé Muhôma**, Juíza Presidente do Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo;

**Erzelina Berta Samuel Manjate**, Juíza Presidente do Tribunal de Trabalho da Cidade de Maputo;

**Maria Laura Tomás Lucas Manuel Karlsen**, Juíza Presidente do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo;

**Délio Miguel Portugal**, Juiz Presidente do Tribunal de Trabalho da Província de Maputo;

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized 'G' followed by a series of loops and a long horizontal stroke extending to the right.

**Óscar do Carmo Francisco Basílio**, Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Província do Niassa;

**Amina Momade Issufo Aly**, Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Província de Gaza;

**João de Almeida Felizarda Guilherme**, Juiz Presidente do Tribunal Marítimo da Cidade de Maputo;

**Jó Dirceu Estêvão Zuarica**, Juiz Presidente do Tribunal Marítimo da Província de Sofala;

**Boliz Júlio**, Juiz Presidente do Tribunal Marítimo da Província de Nampula;

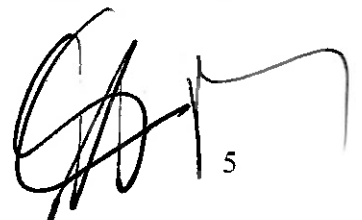
**Betinho Armando Alberto**, em representação da Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Província de Tete.

Participaram como convidados **Pedro Sinai Nhatitima**, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, **Rita de Franco Duque Ismael**, Secretária-Geral do Conselho Superior da Magistratura Judicial, **Maria Teresa de Sousa Coutinho** e **Hélio Celestino Sumbana**, Directores Nacionais do Tribunal Supremo, **André Chaile**, **Hermínia da Conceição Nombrucane Pedro**, **Luís de Sá Pereira**, **Vitorino Siteo**, **Sílvio Mandlate** e **Denise Catarina Silva**, Directores de Gabinetes do Tribunal Supremo.

Estiveram ausentes, por motivos devidamente justificados, os seguintes membros:

**João António da Assunção Baptista Beirão**, Vice-Presidente do Tribunal Supremo;

**Iva Francelina Pondja Maria**, Juíza Presidente do Tribunal Judicial da Província de Tete.



5

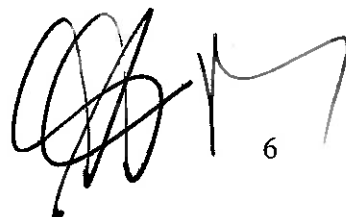
Apresenta-se, em seguida, a síntese da sessão Ordinária do Conselho Judicial – 2024, relativa a cada um dos pontos da agenda:

**Ponto 1: Apreciação da matriz de execução das deliberações da última Sessão do Conselho Judicial**

**DELIBERAÇÃO Nº 01/ CJ/O/2024, DE 12 DE MARÇO**

O Conselho Judicial, reunido em Sessão Ordinária, apreciou a matriz de execução das deliberações da última sessão do Conselho Judicial, apresentada por **Jeremias Alfredo Manjate**, Secretário - Geral dos Tribunais Judiciais e deliberou nos seguintes termos:

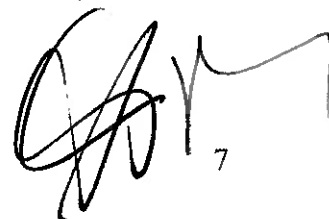
1. Considerar cumpridas as seguintes actividades:
- Apresentação da proposta concreta sobre metas individuais de desempenho de magistrados, aprofundando e desenvolvendo a fórmula do algoritmo;
  - Formação local e contínua de magistrados e funcionários nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Gaza e Maputo, nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
  - Realização de acções de formação do pessoal dos cartórios, em matéria de gestão processual, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Sofala, Manica, Inhambane e



6

Gaza, nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo e no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo;

- Implementação do Estatuto dos Oficiais de Justiça e Assistentes de Oficiais de Justiça nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Sofala e Gaza, nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Realização de encontros trimestrais em cada tribunal, envolvendo Magistrados Judiciais, Oficiais de Justiça e técnicos de estatística, para a avaliação do desempenho nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo, nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Realização de acções de formação para magistrados e Oficiais de Justiça transferidos para jurisdições distintas das que exerciam funções, no Tribunal Superior de Recurso de Maputo, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Nampula, Niassa, Manica, Sofala e Inhambane e no Tribunal de Trabalho da Cidade de Maputo;
- Realização de Conselhos Técnicos, para melhorar a qualidade das decisões nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Manica e Inhambane, nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;



Handwritten signature, possibly reading "GAM", with a small number "7" written below it.

- Insistência junto do Ministério da Economia e Finanças, através das respectivas direcções provinciais, para a disponibilização atempada de recursos financeiros nos Tribunais Judiciais;
- Aumento do número de julgamentos e realização de julgamentos em campanha, com vista à redução progressiva de pendências nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Nampula, Niassa e Inhambane, no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Implementação, expansão e consolidação do SEIJE - Sistema de Expediente e Informação Judicial Electrónico no Tribunal Superior de Recurso de Maputo, nos Tribunais Judiciais da Cidade e Província de Maputo e nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo;
- Realização de visitas de monitoria e apoio aos Tribunais Judiciais de Distrito, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Melhoria de mecanismos de acesso à informação processual pelas partes, através da utilização de meios telemáticos que disponibilizem a informação aos utentes na secretaria – geral, de cada tribunal, no Tribunal Superior de Recurso de Maputo, no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo e no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo;

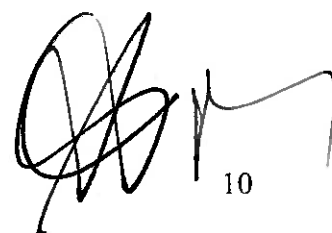




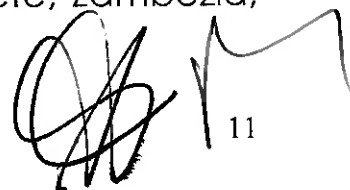
- Realização de visitas, pelos Juízes Desembargadores, aos Tribunais Judiciais de Província pelo Tribunal Superior de Recurso da Beira;
- Implementação do novo modelo de beca para os Magistrados Judiciais nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Nampula, Niassa, Inhambane, Gaza e Maputo, nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo, no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo e no Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- Adesão a plataformas digitais nos Tribunais Judiciais, que ofereçam rapidez, comodidade, plena disponibilidade de aceder a uma multiplicidade de informações, bens e serviços através de meios tecnológicos no Tribunal Superior de Recurso da Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Inhambane e Gaza;
- Realização de reuniões, com os Juízes Eleitos, de modo a serem esclarecidas as dúvidas decorrentes da aplicação e interpretação da Lei n.º 11/2018, de 03 de Outubro, no Tribunal Superior de Recurso da Beira e Maputo, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo e nos Tribunais de Trabalho e Menores da Cidade de Maputo;
- Aquisição de viaturas e motorizadas de serviço para os Tribunais Superiores de Recurso e Tribunais Judiciais de Província, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado e Maputo e no Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo;



- Realização de acções de formação para os Juízes Eleitos nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Inhambane e Maputo e nos Tribunais de Trabalho e Menores da Cidade de Maputo;
- Envio de acórdãos e/ou sentenças para efeitos de publicação nas colectâneas respectivas no Tribunal Supremo, pelos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo, Nampula e Beira;
- Aquisição de bens mobiliários e equipamento informático para tribunais e residências de magistrados nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Manica, Inhambane, Gaza e Maputo, nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo e no Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo;
- Desenvolvimento de acções visando a redução do tempo de resolução e/ou espera das decisões nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira;
- Tramitação, em todos os Tribunais Judiciais, de processos de funcionários que reúnam condições para a aposentação obrigatória na Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, no Tribunal Judicial da Província de Inhambane, no Tribunal Judicial da Cidade de Maputo e no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo;
- Realização de acções de formação inicial para ingresso na carreira de Oficiais de Justiça no Tribunal Superior de Recurso de Maputo;

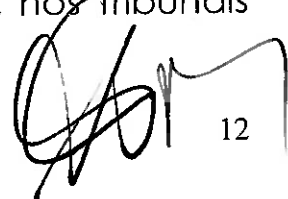


- Criação e implementação da página Web na Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- Aprovação da carta de serviços da Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- Apetrechamento da biblioteca dos Tribunais Judiciais com material bibliográfico para compor o acervo mínimo no Tribunal Supremo, na Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Manica, Inhambane e Maputo, nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Realização de diligências junto do Ministério da Economia e Finanças, tendo em vista a conclusão do processo, em curso, de pagamento do subsídio de viaturas para magistrados e funcionários abrangidos pelo Decreto n.º 81/2018, de 21 de Dezembro, na Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial e nos Tribunais Judiciais;
- Realização de acções de capacitação de magistrados, Oficiais de Justiça e funcionários de carreira de regime geral, dentro e fora do país, na Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial, no Tribunal Superior de Recurso de Maputo e nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Inhambane;
- Realização de visitas de intercâmbio, no âmbito da tramitação processual, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Tete, Zambézia,



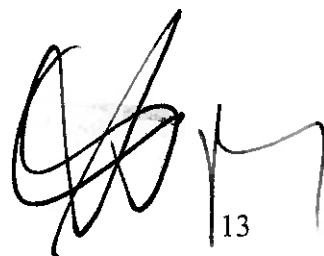
Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo e nos Tribunais de Trabalho e Menores da Cidade de Maputo;

- Actualização do inventário de bens existentes nos Tribunais Judiciais, residências de magistrados e realização do respectivo tombo, no Tribunal Supremo, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Nampula, Sofala, Manica, Inhambane e Gaza, nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Entrada em funcionamento da secção de Execução de Penas nos Tribunais Judiciais das Províncias de Nampula, Niassa, Tete, Sofala e Inhambane, Manica, Maputo e Cidade de Maputo;
- Realização de acções de formação para os Juízes Desembargadores, em matéria de tramitação processual, no Tribunal Superior de Recurso da Beira;
- Desenvolvimento de acções visando o cumprimento permanente e regular das metas colectivas e individuais, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo, nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Elaboração da base de dados para o acompanhamento de processos de pagamento da diuturnidade especial para os Oficiais de Justiça, na Inspecção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais



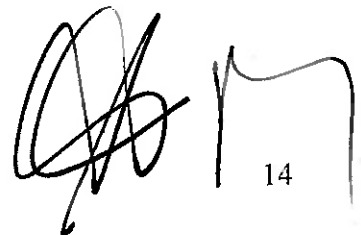
Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Nampula, Manica, Inhambane e Maputo e nos Tribunais de Trabalho e Menores da Cidade de Maputo;

- Levantamento nos Tribunais Judiciais de funcionários que ainda não se beneficiaram do subsídio de diuturnidade especial e das respectivas razões, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane e Gaza, nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo, no Tribunal de Menores e de Polícia da Cidade de Maputo, e na Inspeção do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- Criação de mais uma secção Criminal nos Tribunais Superiores de Recurso da Beira e Nampula;
- Garantir a implementação de tribunais móveis nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Zambézia;
- Divulgação do Plano Estratégico dos Tribunais Judiciais 2022-2026, em todos os Tribunais Judiciais, na Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Inhambane e Maputo, nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo e no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo;
- Criação e entrada em funcionamento dos Serviços de Mediação Judicial, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Manica e Inhambane;



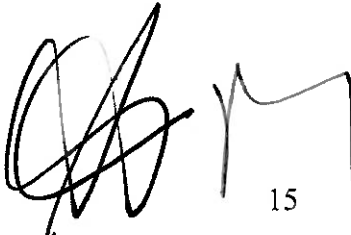
13

- Julgamento de processos, em recurso, das decisões dos Tribunais Judiciais de Distrito, pelos Juízes Desembargadores e Presidentes de Tribunais Judiciais de Província, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Nampula, Inhambane, Zambézia, Manica, Cabo Delgado e Maputo;
- Garantir a uniformização de mapas estatísticos dos tribunais que julgam em segunda instância;
- Entrada em funcionamento dos Tribunais Marítimos na Cidade de Maputo e nas Províncias de Sofala e Nampula;
- Garantir a realização do abate de viaturas avariadas, que não sejam passíveis de reparação, no Tribunal Superior de Recurso de Maputo e nos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete, Niassa e no Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo;
- Controle e apresentação da relação de pedidos de informação não respondidos pelas entidades que têm, à sua guarda, arguidos, no âmbito da tramitação de processos de *habeas corpus*, no Tribunal Superior de Recurso de Maputo e nos Tribunais Judiciais das Províncias de Nampula e Inhambane;
- Levantamento das situações pontuais de falta de pagamento dos subsídios de renda de casa, diuturnidade, exclusividade e de gestão nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Nampula, Zambézia, Inhambane, Gaza e Maputo, no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo.



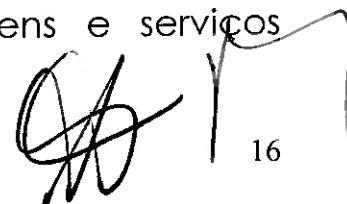
2. Considerar estarem em cumprimento as seguintes actividades:

- Aprovação dos quadros - tipo para os Tribunais Judiciais;
- Aperfeiçoamento e implementação de mecanismos para tornar mais eficaz o cumprimento de cartas precatórias nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo, nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo;
- Implementação do Estatuto dos Oficiais de Justiça e Assistentes de Oficiais de Justiça nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Nampula, Niassa, Manica e Maputo;
- Transformação do Tribunal de Menores da Cidade de Maputo, em Tribunal de Família e Menores;
- Realização de encontros trimestrais em cada tribunal, envolvendo Magistrados Judiciais, Oficiais de Justiça e técnicos de estatística, para a avaliação de desempenho no Tribunal Judicial da Província do Niassa;
- Realização de comentários das decisões dos magistrados recém-nomeados, pela Inspeção Judicial;



15

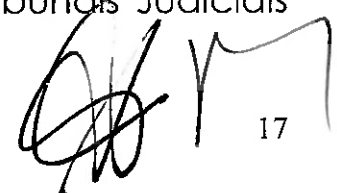
- Apresentação da proposta de revisão do Código das Custas Judiciais;
- Estudo sobre a possibilidade de se recorrer ao Orçamento Geral do Estado ou ao Cofre dos Tribunais, para a remuneração ou gratificação às actividades desenvolvidas pelos Mediadores Judiciais;
- Entrada em funcionamento dos Tribunais Judiciais dos Distritos de Quissanga, Muidumbe, Ibo e Metuge, na Província de Cabo Delgado;
- Retoma do funcionamento dos Tribunais Judiciais dos Distritos de Palma, Mocímboa da Praia, Nangade, Macomia e Meluco, na Província de Cabo Delgado, nas respectivas áreas de jurisdição;
- Melhoria dos mecanismos de acesso à informação processual pelas partes, através da utilização de meios telemáticos que disponibilizem a informação aos utentes na secretaria – geral, de cada tribunal, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Manica e Maputo;
- Implementação do novo modelo de beca para os Magistrados Judiciais no Tribunal Superior de Recurso de Nampula, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Tete, Manica, Sofala, Maputo e no Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo;
- Adesão a plataformas digitais, nos Tribunais Judiciais, que ofereçam rapidez, comodidade, plena disponibilidade de aceder a uma multiplicidade de informações, bens e serviços





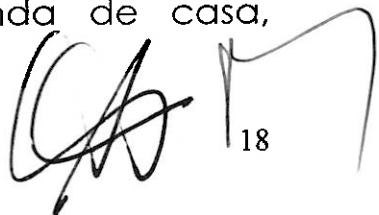
através de meios tecnológicos no Tribunal Superior de Recurso de Maputo, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Manica, Zambézia e Niassa, nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo e no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo;

- Aquisição de viaturas e motorizadas de serviço para os Tribunais Superiores de Recurso e Tribunais Judiciais de Província, no Tribunal Supremo e no Tribunal Judicial da Província do Niassa;
- Aquisição de bens mobiliários e equipamento informático para os tribunais e residências de magistrados nos Tribunais Judiciais das Províncias de Nampula, Niassa, Zambézia e Maputo;
- Desenvolvimento de acções visando a redução do tempo de resolução e/ou espera das decisões no Tribunal Superior de Recurso de Nampula;
- Tramitação, em todos os Tribunais Judiciais, de processos de funcionários que reúnam condições para a aposentação obrigatória na Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Gaza e Maputo e no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo;
- Expansão da Inspeção Judicial do Conselho Superior da Magistratura Judicial;
- Criação e implementação de páginas Web nos Tribunais Judiciais, nos Tribunais Superiores de Recurso de Maputo e Beira, nos Tribunais Judiciais



das Províncias de Manica e Niassa e no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo;

- Realização de acções de capacitação ou formação de magistrados, Oficiais de Justiça e funcionários, dentro e fora do país, no Tribunal Superior de Recurso da Beira, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete, Niassa, Gaza e Maputo, nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Realização de visitas de intercâmbio no âmbito da tramitação processual nos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete e Niassa;
- Entrada em funcionamento das secções de Execução de Penas no Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado, Zambézia e Gaza;
- Elaboração da base de dados para o acompanhamento de processos de pagamento da diuturnidade especial para os Oficiais de Justiça, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado e Niassa;
- Implementação de tribunais móveis nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado e Niassa;
- Garantir a realização do abate de viaturas avariadas que não sejam passíveis de reparação, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Nampula, Manica e Cidade de Maputo;
- Levantamento das situações pontuais de falta de pagamento dos subsídios de renda de casa,




18

diuturnidade especial, exclusividade e de gestão nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado e Manica;

3. Considerar não cumpridas as seguintes actividades:

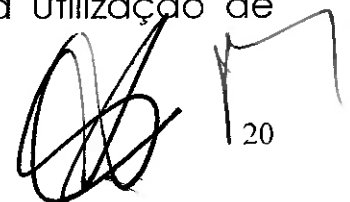
- Formação local e contínua de magistrados e funcionários no Tribunal Superior de Recurso de Nampula e nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Niassa e Inhambane;
- Realização de acções de formação do pessoal dos cartórios, em matéria de gestão processual, no Tribunal Superior de Recurso de Nampula, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Nampula, Zambézia e Maputo e no Tribunal de Polícia da Cidade Maputo;
- Implementação do Estatuto dos Oficiais de Justiça e Assistentes de Oficiais de Justiça no Tribunal Superior de Recurso de Nampula;
- Realização de encontros trimestrais, em cada tribunal, envolvendo Magistrados Judiciais, Oficiais de Justiça e técnicos de estatística, para a avaliação do desempenho no Tribunal Judicial da Província da Zambézia;
- Realização de acções de formação para magistrados e Oficiais de Justiça, transferidos para jurisdições distintas das que exerciam funções, nos Tribunais Superiores de Recurso da Beira e Nampula, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Gaza



19

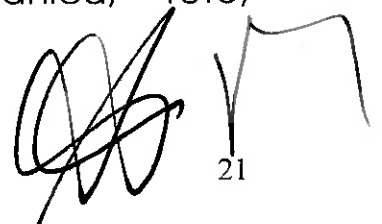
e Maputo e no Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo;

- Realização de Conselhos Técnicos, para melhorar a qualidade das decisões, no Tribunal Superior de Recurso de Nampula, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete, Zambézia, Sofala, Gaza e Maputo;
- Aumento do número de julgamentos e realização de julgamentos em campanha, com vista à redução progressiva de pendências no Tribunal Superior de Recurso de Nampula, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Manica, Zambézia, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo e no Tribunal de Trabalho da Cidade de Maputo;
- Implementação, expansão e consolidação do SEIJE – Sistema de Expediente e Informação Judicial Electrónico, nos Tribunais Superiores de Recurso de Nampula e Beira, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Inhambane e Gaza;
- Realização de visitas de monitoria e apoio aos Tribunais Judiciais de Província, pelos Tribunais Superiores de Recurso de Nampula, Beira e Maputo e no Tribunal Judicial da Província de Tete;
- Realização de visitas, pelos Juízes Desembargadores, aos Tribunais Judiciais de Província nos Tribunais Superiores de Recurso de Nampula e Maputo;
- Melhoria de mecanismos de acesso à informação processual pelas partes, através da utilização de



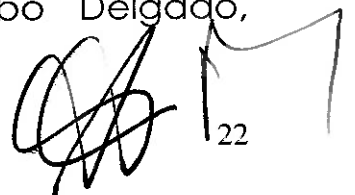
meios telemáticos que disponibilizem a informação aos utentes na secretaria – geral, de cada tribunal, nos Tribunais Superiores de Recurso de Nampula e Beira, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Sofala, Inhambane e Gaza e nos Tribunais de Polícia e Trabalho da Cidade de Maputo;

- Implementação do novo modelo de beca para os Magistrados Judiciais no Tribunal Judicial da Província da Zambézia;
- Adesão a plataformas digitais nos Tribunais Judiciais, que ofereçam rapidez, comodidade, plena disponibilidade para aceder a uma multiplicidade de informações, bens e serviços através de meios tecnológicos, no Tribunal Superior de Recurso de Nampula, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Tete, Sofala e Maputo e no Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo;
- Realização de reuniões, com os Juízes Eleitos, de modo a serem esclarecidas as dúvidas decorrentes da aplicação e interpretação da Lei n° 11/2018, de 03 de Outubro, no Tribunal Superior de Recurso de Nampula, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete, Niassa, Gaza e no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo;
- Aquisição de viaturas e motorizadas de serviço para os Tribunais Superiores de Recurso e Tribunais Judiciais de Província, nos Tribunais Superiores de Recurso de Nampula e Beira, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Nampula, Manica, Tete,



Zambézia, Inhambane, Gaza e nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo;

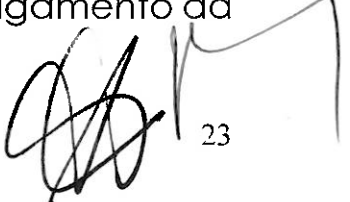
- Aquisição de mobiliário e equipamento informático para os tribunais e residências de magistrados pelos Tribunais Judiciais, no Tribunal Superior de Recurso de Nampula, nos Tribunais Judiciais das Província Cabo Delgado, Tete, Sofala e no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo;
- Realização de acções de formação para os Juízes Eleitos nos Tribunais Judiciais, no Tribunal Superior de Recurso de Nampula, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Gaza e no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo;
- Tramitação, em todos os Tribunais Judiciais, de processos de funcionários que reúnam condições para a aposentação obrigatória no Tribunal Superior de Recurso de Nampula e no Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo;
- Realização de acções de formação inicial para ingresso na carreira de Oficiais de Justiça, nos Tribunais Judiciais, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Manica, Sofala, Tete, Inhambane, Gaza e Maputo, no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo e nos Tribunais de Menores e Polícia da Cidade de Maputo;
- Criação e implementação de páginas Web nos Tribunais Judiciais, no Tribunal Superior de Recurso de Nampula, nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado,



22

Nampula, Zambézia, Tete, Inhambane, Gaza e Maputo, nos Tribunais de Trabalho da Cidade e Província de Maputo e no Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo;

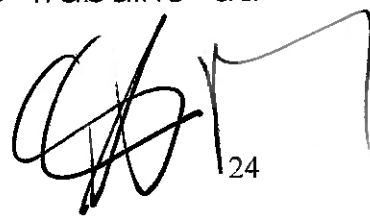
- Apetrechamento da biblioteca do Tribunal Supremo e dos demais Tribunais Judiciais com obras e material bibliográfico para compor o acervo mínimo no Tribunal Superior de Recurso de Nampula;
- Realização de acções de capacitação e formação de magistrados, Oficiais de Justiça e funcionários de carreira de regime geral, dentro e fora do país, no Tribunal Superior de Recurso de Nampula e nos Tribunais de Polícia e Menores da Cidade de Maputo;
- Realização de visitas de intercâmbio, no âmbito da tramitação processual, no Tribunal Superior de Recurso de Nampula e nos Tribunais Judiciais das Províncias Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Maputo;
- Realização de acções de formação para os Juízes Desembargadores, em matéria de tramitação processual, nos Tribunais Superiores de Recurso de Nampula e Maputo;
- Desenvolvimento de acções visando o cumprimento permanente e regular das metas colectivas e individuais, nos Tribunais Judiciais, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Sofala e Zambézia;
- Elaboração da base de dados para o acompanhamento de processos de pagamento da



23

diuturnidade especial para os Oficiais de Justiça, no Tribunal Superior de Recurso de Nampula, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete, Zambézia, Sofala, Gaza, no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo e no Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo;

- Levantamento, a nível de todos os Tribunais Judiciais, de funcionários que ainda não se beneficiaram do subsídio de diuturnidade especial e das respectivas razões, no Tribunal Superior de Recurso de Nampula e no Tribunal Judicial da Província de Maputo;
- Criação e entrada em funcionamento dos Serviços de Mediação Judicial nos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete, Sofala e Maputo;
- Entrada em funcionamento dos Tribunais de Trabalho das Províncias de Sofala e Nampula;
- Criação de Tribunais nos Distritos Urbanos das Cidades de Nampula e Beira;
- Realização do estudo de sondagem de opinião sobre o grau de satisfação dos utentes, funcionários e magistrados, tendo em conta o previsto no Plano Estratégico dos Tribunais 2022-2026;
- Garantir a realização do abate de viaturas avariadas que não sejam passíveis de reparação, no Tribunal Superior de Recurso da Beira, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo e nos Tribunais de Trabalho da Província e Cidade de Maputo;



24



- Controle e apresentação da relação de pedidos de informação não respondidos pelas entidades que têm, à sua guarda, arguidos, no âmbito da tramitação de processos de *habeas corpus*, nos Tribunais Superiores de Recurso de Nampula e Beira e nos Tribunais Judiciais da Cidade de Maputo e das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia, Sofala e Maputo;
- Levantamento das situações pontuais de falta de pagamento dos subsídios de renda de casa, diuturnidade especial, exclusividade e de gestão no Tribunal Superior de Recurso de Nampula, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Tete, Niassa, Zambézia e Sofala e no Tribunal de Trabalho da Cidade de Maputo;

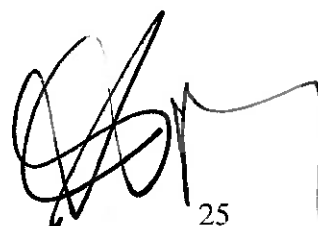
**Ponto 2:** Apresentação do relatório de desempenho dos Tribunais Judiciais, referente ao ano de 2023

**DELIBERAÇÃO Nº 02/ CJ/O/2024, DE 12 DE MARÇO**

O Conselho Judicial, reunido em sessão ordinária, apreciou o relatório de desempenho dos Tribunais Judiciais, referente ao ano de 2023, apresentado por **Hermínia da Conceição Nombruane Pedro**, Directora do Gabinete de Estudos e Planificação do Tribunal Supremo, e deliberou nos seguintes termos:

1. Aprovar o relatório de desempenho dos Tribunais Judiciais, referente ao ano de 2023, com as seguintes constatações:

**1.1. Recursos patrimoniais e financeiros**

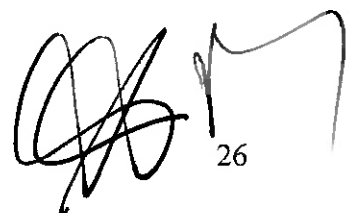


25

- Os Tribunais Superiores de Recurso de Nampula e Beira encontram-se a funcionar em edifícios arrendados, por falta de instalações próprias;
- Os Tribunais Judiciais de Província e de Distrito não dispõem de imóveis para o funcionamento e/ou habitação de magistrados, estando alguns a funcionar em infra-estruturas não adequadas, muitas delas arrendadas a particulares;
- Carência de meios circulantes (viaturas e motorizadas) para a realização de diligências e tramitação de expediente e afectação aos magistrados nos Tribunais Judiciais;
- Insuficiência do orçamento alocado aos tribunais, que impossibilita a realização das actividades planificadas.

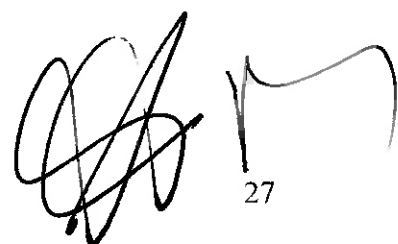
## **1.2. Ponto de situação do arrendamento de imóveis para magistrados**

- O Tribunal Superior de Recurso de Maputo arrenda **03** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Superior de Recurso de Nampula arrenda **02** imóveis para a habitação de magistrados;
- Para o Tribunal Superior de Recurso de Nampula foram adquiridos, pelo Cofre dos Tribunais **08** imóveis para habitação de magistrados, que residiam em imóveis arrendados;
- O Tribunal Superior de Recurso da Beira arrenda **01** imóvel para o funcionamento do tribunal e **02** imóveis para habitação de funcionários;



26

- O Tribunal Judicial da Cidade de Maputo arrenda **20** imóveis para o funcionamento e para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Maputo arrenda **12** imóveis para habitação e funcionamento;
- O Tribunal Judicial da Província de Gaza arrenda **07** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Inhambane arrenda **10** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Manica arrenda **06** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Sofala arrenda **11** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Nampula arrenda **12** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Tete arrenda **16** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província da Zambézia arrenda **08** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado arrenda **07** imóveis para habitação de magistrados;
- O Tribunal Judicial da Província do Niassa arrenda **11** imóveis para habitação de magistrados, funcionários e funcionamento de tribunais;



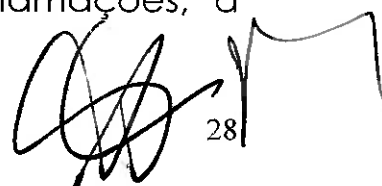
- O Tribunal de Menores da Cidade de Maputo arrenda **03** imóveis para o seu funcionamento, habitação de magistrado e de funcionário;
- O Tribunal de Trabalho da Cidade de Maputo arrenda **03** imóveis para habitação de magistrados e funcionamento;
- O Tribunal de Trabalho da Província de Maputo arrenda **09** imóveis para habitação de magistrados e **03** imóveis para a habitação de magistrados;
- O Tribunal de Polícia da Cidade de Maputo arrendou, inicialmente, **04** imóveis para habitação de magistrados, sendo que até ao final do ano passou a arrendar apenas **03** imóveis;
- O arrendamento de imóveis para o funcionamento de tribunais e residências de magistrados continua a absorver elevadas quantias do orçamento alocado.

### **1.3. Informação sobre o equipamento informático, redes locais de dados e literacia informática**

- Exiguidade do equipamento informático ou existência de equipamento informático obsoleto para atender às necessidades dos tribunais;
- Falta de domínio no uso do equipamento informático existente nos tribunais.

### **1.4. Ponto de situação sobre a existência de caixas e livros de reclamações e sugestões**

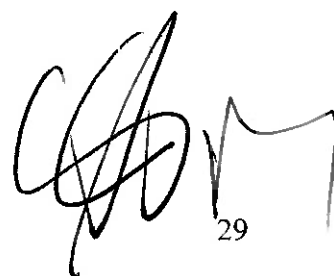
Os Tribunais Superiores de Recurso e os Tribunais Judiciais de Província dispõem de livros e caixas de reclamações, à



exceção do Tribunal Judicial da Província de Cabo Delgado e do Tribunal de Trabalho da Cidade de Maputo, que pretendem adquirir e disponibilizá-los aos utentes, no decurso do presente ano.

### **1.5. Iniciativas para a redução de pendências**

- Realização de reuniões regulares de análise e balanço do desempenho jurisdicional;
- Realização de visitas de monitoria e avaliação aos Tribunais Judiciais de Distrito, pelos Juízes Presidentes dos Tribunais Judiciais de Província;
- Contagem física de processos;
- Uso massivo de meios tecnológicos;
- Realização de julgamentos em campanha, com o recurso aos tribunais móveis, em alguns casos;
- Criação de modelos de mapas para o controle do movimento de réus presos.



29

## 1.6. Desempenho Jurisdicional – 2023

**Tabela 1: Tribunal Supremo**

<b>Tribunal Supremo</b>	<b>Pendentes</b>	<b>Entrados</b>	<b>Findos</b>	<b>Transitados</b>
<b>Total</b>	344	257	231	370

**Tabela 2: Tribunais Superiores de Recurso**

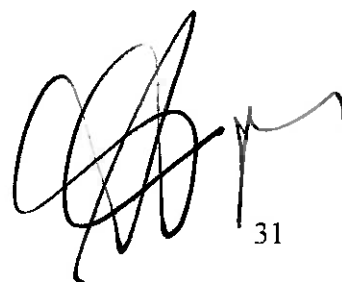
<b>Tribunais Superiores de Recurso</b>	<b>Pendentes</b>	<b>Entrados</b>	<b>Findos</b>	<b>Transitados</b>
Maputo	2608	727	658	2677
Beira	833	466	385	914
Nampula	597	393	339	651
<b>Total</b>	<b>4038</b>	<b>1586</b>	<b>1382</b>	<b>4242</b>

**Tabela 3: Tribunais Judiciais de Província**

<b>Tribunais Judiciais de Província</b>	<b>Pendentes</b>	<b>Entrados</b>	<b>Findos</b>	<b>Transitados</b>
Niassa	840	4,237	4,552	525
Cabo Delgado	1,894	968	915	1,947
Nampula	3,874	2,725	2,886	3,713
Zambézia	1,555	1,649	1,416	1,788
Tete	1,180	1,139	1,113	1,206
Sofala	5,278	5,770	5,590	5,458
Manica	1,651	1,862	1,546	1,967
Inhambane	1,389	2,582	2,778	1,193
Gaza	1,413	931	1,124	1,220
Maputo Província	5,271	47,732	47,640	5,363
Cidade de Maputo	7,458	2,629	2,424	7,663
<b>Total</b>	<b>31,803</b>	<b>72,224</b>	<b>71,984</b>	<b>32,043</b>

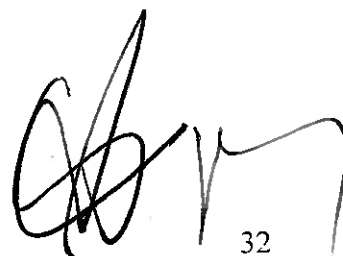
**Tabela 4: Tribunais de Competência Especializada**

<b>Tribunais de Competência Especializada</b>	<b>Pendentes</b>	<b>Entrados</b>	<b>Findos</b>	<b>Transitados</b>
Trabalho P. Maputo	933	1,100	908	1,125
Menores da Cidade de Maputo	3,577	2,979	3,422	3,134
Trabalho da Cidade de Maputo	2,360	1,816	1,446	2,730
Polícia da Cidade de Maputo	7,356	52,499	52,133	7,722
Tribunal Marítimo da Cidade de Maputo	-	3	2	1
Tribunal Marítimo da Província de Sofala	-	-	-	-
Tribunal Marítimo da Província de Nampula	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>14,226</b>	<b>58,397</b>	<b>57,911</b>	<b>14,712</b>



**Tabela 5: Tribunais Judiciais de Distrito**

<b>Tribunais Judiciais de Distrito</b>	<b>Pendentes</b>	<b>Entrados</b>	<b>Findos</b>	<b>Transitados</b>
Niassa	3,301	6,559	7,757	2,103
Cabo Delgado	5,294	3,600	3,649	5,245
Nampula	11,962	12,598	11,763	12,797
Zambézia	7,944	8,418	8,194	8,168
Tete	9,092	7,114	5,824	10,382
Sofala	6,059	10,361	9,376	7,044
Manica	4,236	5,857	5,613	4,480
Inhambane	5,953	10,734	11,473	5,214
Gaza	4,867	7,768	6,825	5,810
Maputo Província	18,924	19,962	19,905	18,981
Cidade de Maputo	7,498	10,439	10,291	7,646
<b>Total</b>	<b>85,130</b>	<b>103,410</b>	<b>100,670</b>	<b>87,870</b>



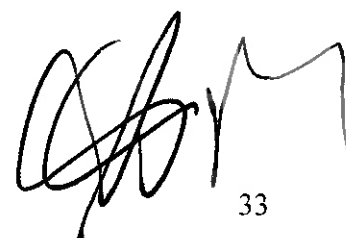


**Tabela 6: Informação relativa a despesas e receitas do Cofre – 2023**

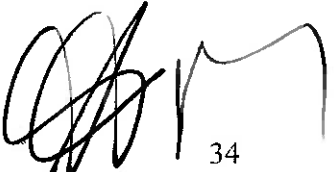
<b>Tribunal</b>	<b>Valor arrecadado</b>	<b>Valor remetido ao Cofre Geral</b>	<b>Valor Retido na delegação</b>
T.S.R. Nampula	7,060,472.67	3,203,073.08	2,721,161.71
T.S.R. Beira	2,550,346.57	41,012.67	-
T.S.R. Maputo	7,519,375.44	-	6,932,202.51
T.J.C. Maputo	26,518,694.47	154,990.28	11,029,995.72
T.J.P. Maputo	15,333,794.09	4,906,736.17	-
T.J.P. Gaza	453,499.24	188,894.24	264,565.00
T.J.P. Inhambane	7,105,770.48	2,851,913.43	4,253,857.14
T.J.P. Sofala	7,525,925.06	1,656,260.99	7,525,925.41
T.J.P. Manica	3,647,918.33	808,505.83	2,839,412.50
T.J.P. Tete	1,901,632.50	-	1,687,626.49
T.J.P. Zambézia	545,972.28	187,585.00	358,387.28
T.J.P. Nampula	12,010,962.20	6,326,116.20	5,684,843.00
T.J.P.C. Delgado	6,292,650.83	2,014,773.95	4,277,876.88
T.J.P. Niassa	1,251,277.12	-	-
T. Menores	422,074.32	-	-
Tribunal de Polícia	25,205,199.91	3,477,352.00	1,788,837.99
T.T.C. Maputo	1,888,072.50	771,700.90	1,116,342.25
T.T.P. Maputo	2,127,953.91	781,303.99	1,346,590.00
<b>Total</b>	<b>129,361,591.92</b>	<b>27,370,218.73</b>	<b>51,827,623.88</b>

### **1.7. Principais constrangimentos**

- Atraso e, por vezes, falta de libertação das programações financeiras por parte da Direcção Nacional do Tesouro, comprometendo a realização das actividades planificadas e causando a acumulação de dívidas que transitam para o exercício económico seguinte;

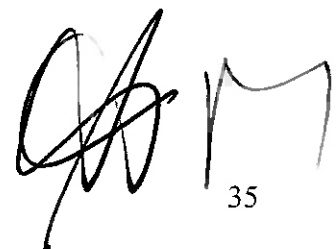


- Atraso na fiscalização prévia dos contratos, pelo Tribunal Administrativo, comprometendo o início da execução das actividades, concorrendo, igualmente, para o atraso na execução do orçamento;
- Dependência orçamental dos Tribunais Judiciais de Distrito, em relação aos Tribunais Judiciais de Província;
- Disponibilização tardia de recursos financeiros, nas rubricas de bens e serviços e de investimento, por falta de libertação das quotas financeiras solicitadas e do funcionamento deficiente do sistema (e-sistafe);
- Insuficiência do orçamento atribuído na rubrica de salários e remunerações, capaz de suportar as despesas de Janeiro até ao mês de Dezembro;
- Oscilação do sistema (e-sistafe), o que dificulta a realização atempada das despesas no Módulo de Gestão do Património do Estado – MPE;
- Falta de libertação de cativos obrigatórios para cumprir com as acções planificadas no PESOE 2023;
- A omissão de algumas rubricas no MEX, impossibilitando a cabimentação das despesas;
- Recepção tardia de cartas precatórias;
- Falta de funcionários para o preenchimento dos quadros de pessoal dos Tribunais Judiciais;
- Défice de recursos humanos em termos quantitativos e qualitativos, concretamente na carreira de Oficiais de Justiça, no que concerne ao fraco conhecimento



técnico processual, sobretudo em matéria cível e criminal;

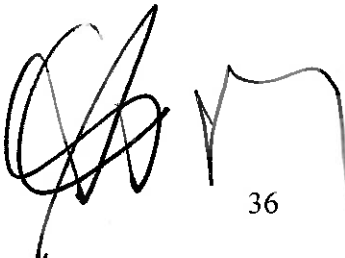
- Falta de pagamento integral do subsídio de viaturas e de início de funções a todos os magistrados e funcionários;
- Morosidade na efectivação do cadastro de magistrados, em virtude das dificuldades inerentes às deficiências do próprio sistema;
- Não abertura de certas funcionalidades no sistema para actualização de alguns actos;
- Prevalência do problema do sistema e-SNGRHE que não permite a abertura do processo administrativo para Juízes Presidentes, em comissão de serviço;
- Falta de realização de actos administrativos, sobretudo promoções, progressões e mudanças de carreira;
- Prevalência do dilema de funcionários nomeados, em comissão de serviço, que não auferem o subsídio de renda de casa;
- Falta de instalações adequadas para o funcionamento dos Tribunais Judiciais dos Distritos de Machanga, Chemba, Muanza e Cidade da Beira, na Província de Sofala;
- Exiguidade do orçamento alocado aos Tribunais Judiciais;
- Falta de instalações próprias para o funcionamento dos tribunais e para habitação de magistrados;

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, overlapping letters, likely representing the initials of the author.

- Elevados custos decorrentes do arrendamento de imóveis para o funcionamento de tribunais e habitação de magistrados;
- Insuficiência de meios circulantes (viaturas e motorizadas), para a realização de diligências, funcionamento dos serviços e transporte de magistrados e funcionários;
- Insuficiência de equipamento informático e respectivos consumíveis;
- Insuficiência de funcionários para o preenchimento dos quadros de pessoal, com maior incidência para os Oficiais de Justiça;
- Falta de formação e capacitação de funcionários.

### **1.8. Propostas de solução dos constrangimentos**

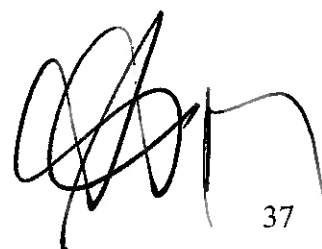
- Descentralização do orçamento para os Tribunais Judiciais de Distrito, com maior destaque para as rubricas de funcionamento;
- Admissão de Oficiais de Justiça, bem como de funcionários de carreira de regime geral, para suprir as necessidades em termos de recursos humanos;
- Maior rigor e regularidade na capacitação de funcionários e na definição das respectivas acções;
- Aquisição de meios circulantes, nomeadamente, viaturas e motorizadas;



- Construção de infra-estruturas para o funcionamento de tribunais e habitação de magistrados, para reduzir as despesas derivadas do arrendamento de imóveis.

### **1.9. Recomendações:**

- Divulgação dos instrumentos legais de protecção da pessoa portadora do HIV – SIDA;
- Aquisição de viaturas e motorizadas para o funcionamento dos Tribunais Judiciais;
- Aprimoramento de mecanismos de substituição dos juízes de turnos na secção de instrução criminal e nos Tribunais Judiciais de Distrito;
- Aumento dos limites orçamentais, principalmente nas componentes de bens e serviços e de investimento dos Tribunais Judiciais;
- Reforço da capacidade institucional, implicando o preenchimento do quadro-tipo de pessoal dos tribunais distritais;
- Admissão de Magistrados e Oficiais de Justiça;
- Pagamento dos subsídios de carácter permanente, pagos fora da folha de salários, à data da entrada em vigor da Lei nº 5/2022, de 14 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 14/2022, de 10 de Outubro, nomeadamente, representação, água e luz, e empregado doméstico, em face do princípio da irredutibilidade salarial;

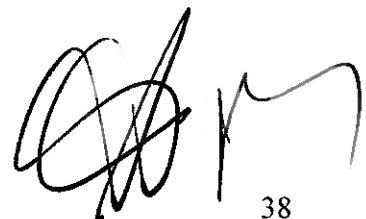


- Realização de acções de formação e capacitação de magistrados, Oficiais de Justiça e funcionários da carreira do regime geral;
- Maior rigor no controlo de cartas precatórias;
- Inclusão, nos relatórios anuais dos Tribunais Judiciais, do movimento processual dos Serviços de Mediação Judicial;
- Definição rigorosa de acções prioritárias directamente relacionadas com a prestação jurisdicional na execução das actividades do tribunal.

**Ponto 3:** Análise comparativa do desempenho dos Tribunais Judiciais, nos anos de 2022 e 2023

O Conselho Judicial, reunido em sessão ordinária, apreciou a informação sobre a análise comparativa do desempenho dos Tribunais Judiciais, nos anos de 2022 e 2023, apresentada por **Sílvia Mandlate**, Director do Gabinete de Informação Judicial e Estatística do Tribunal Supremo, e extraiu as seguintes constatações:

- Aumento da capacidade de resposta dos Tribunais Judiciais, pois, de **206,493** processos findos em 2022, passou-se para **232,179** processos findos, em 2023, representando um incremento de **12,4%**;
- Incremento da procura dos serviços de justiça, na medida em que de **207,511** processos entrados, no ano de 2022, passou-se para **235,875** processos entrados, em 2023, representando um incremento de **13,7%**;



- Aumento da pendência em **2.7%**, uma vez que de **135,541** processos pendentes, no ano de 2022, transitou-se para o ano de 2023, com **139,237** processos;
- Alcance das metas colectivas nos Tribunais Judiciais das Províncias do Niassa, Sofala e Maputo, no Tribunal de Trabalho da Província de Maputo e no Tribunal de Menores da Cidade de Maputo;
- Alcance das metas colectivas nos Tribunais Judiciais de Distrito, nos Tribunais Judiciais das Províncias de Sofala, Maputo e Cidade de Maputo.

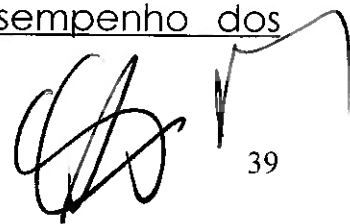
**Ponto 4:** Apreciação da proposta de mecanismos para a efectivação do direito dos magistrados à habitação

#### **DELIBERAÇÃO Nº 03/ CJ/O/2024, DE 12 DE MARÇO**

O Conselho Judicial, reunido em sessão ordinária, apreciou a proposta de mecanismos para a efectivação do direito dos magistrados à habitação, apresentada por **Pedro Sinai Nhatitima**, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo e deliberou nos seguintes termos:

1. Reconhecer a pertinência da reflexão sobre a existência de mecanismos para a efectivação do direito dos magistrados à habitação;
2. Aprofundar o estudo, tendo em conta a experiência de outros ordenamentos jurídicos, a ser apresentado na próxima sessão do Conselho Judicial.

**Ponto 5:** Apresentação do estudo sobre o grau de cumprimento das metas individuais de desempenho dos



magistrados, aprofundando e desenvolvendo a fórmula do algoritmo

### **DELIBERAÇÃO Nº 04/ CJ/O/2024, DE 12 DE MARÇO**

O Conselho Judicial, reunido em sessão ordinária, apreciou o estudo sobre o grau de cumprimento das metas individuais de desempenho dos magistrados, aprofundando e desenvolvendo a fórmula do algoritmo, apresentado por **Manuel Guidione Bucuane**, Juiz Desembargador e Presidente da Comissão e deliberou nos seguintes termos:

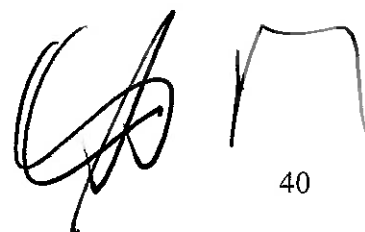
1. Aprovar a proposta de metas individuais de desempenho dos magistrados, indicadas no estudo, com as recomendações sugeridas.
2. Para o ano de 2024, deverão ser aplicadas, em paralelo, as metas antigas e a nova metodologia sobre as metas individuais, para posterior avaliação.

**Ponto 6:** Ponto de situação do pagamento de diuturnidade especial aos Oficiais de Justiça

### **DELIBERAÇÃO Nº 05/ CJ/O/2024, DE 12 DE MARÇO**

O Conselho Judicial, reunido em sessão ordinária, apreciou a informação relativa ao pagamento de diuturnidades especiais aos Oficiais de Justiça, apresentada por **Maria Teresa Coutinho**, Directora Nacional dos Recursos Humanos do Tribunal Supremo e deliberou nos seguintes termos:

1. Celeridade e rigor na tramitação de processos relativos ao pagamento de diuturnidade especial, pelos Tribunais Judiciais;

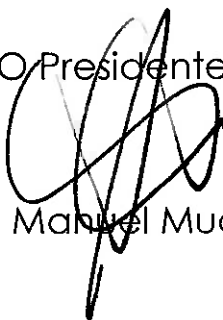




2. Divulgação, pelos Oficiais de Justiça, dos procedimentos relativos ao pagamento da diuturnidade especial, pelos Tribunais Judiciais;
3. Apoio técnico dos Presidentes dos Tribunais Judiciais aos Oficiais de Justiça na tramitação de processos relativos ao pagamento da diuturnidade especial.

Vila de Metangula, 12 de Março de 2024.

O Presidente



Adelino Manuel Muchanga

O Secretário – Geral



Jeremias Alfredo Manjate